



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP, PÓS-PAGO, COM SERVIÇO DE DADOS E CHAMADAS LOCAIS, VC1, ILIMITADAS, A CUSTO ZERO PARA OS EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DO GRUPO EMPRESARIAL (MESMO CNPJ); E SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC2 e VC3), A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTA E. TRIBUNAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Processo nº TRF2-EOF-2016/00033

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ – \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu **Representante Legal, Sr.** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº Processo nº TRF2-EOF-2016/00033, em consequência do Pregão Eletrônico nº 015/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, através do despacho TRF2-DES-2016/\_\_\_\_ lavrado à fl. \_\_\_\_ do Processo, **FIRMAM** o presente Contrato objetivando a *prestação de serviços especializados em Serviço Móvel Pessoal – SMP, pós-pago, com serviço de dados e chamadas locais, VC1, ilimitadas, a custo zero para os equipamentos integrantes do grupo empresarial (mesmo CNPJ); e serviço de longa distância nacional (VC2 e VC3), a fim de atender às necessidades desta E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



## 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em Serviço Móvel Pessoal – SMP, pós-pago, com serviço de dados e chamadas locais, VC1, ilimitadas, a custo zero para os equipamentos integrantes do grupo empresarial (mesmo CNPJ); e serviço de longa distância nacional (VC2 e VC3), a fim de atender às necessidades deste E. Tribunal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2016 e seu Anexo I, e na forma estabelecida no presente Contrato.

## 2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DOS SERVIÇOS:

### 2.1 - DOS APARELHOS FORNECIDOS EM COMODATO:

2.1.1 - A Contratada deverá fornecer, por comodato, sem incidência de qualquer ônus, **135 (cento e trinta e cinco) estações móveis**, novas, compatíveis com a tecnologia GSM Quad e 4G, conforme segue:

2.1.1.1 - **32 (trinta e dois)** terminais móveis tipo 01 com as seguintes características **mínimas**:

- 2.1.1.1.1 - Tipo “*smartphone*”;
- 2.1.1.1.2 - Tela 5.1” com Tecnologia TouchScreen;
- 2.1.1.1.3 - Dimensões máximas: 150 mm x 80 mm x 10 mm;
- 2.1.1.1.4 - Peso máximo: 190g;
- 2.1.1.1.5 - Suportar tempo de bateria em espera (*standby*) de até 390 horas.
- 2.1.1.1.6 - Toques polifônicos;
- 2.1.1.1.7 - Agenda que suporte, no mínimo, 500 contatos;
- 2.1.1.1.8 - Suportar tempo de bateria em conversação de até 20 horas;
- 2.1.1.1.9 - Alerta vibratório;
- 2.1.1.1.10 - Discagem rápida;
- 2.1.1.1.11 - Tela com as seguintes características mínimas: resolução de 1080 x 1920 pixels;
- 2.1.1.1.12 - Sistema operacional Android 5.0;
- 2.1.1.1.13 - Processador 2.5 GHz Quad core;
- 2.1.1.1.14 - Memória RAM 2 GB;
- 2.1.1.1.15 - Memória de Armazenamento interno de 16 GB;
- 2.1.1.1.16 - Memória expansível por meio de cartão Micro SD;
- 2.1.1.1.17 - Conectividade via: Wi-Fi 801.11, Bluetooth 4.0 com LE/EDR/A2DP, IRDA, GPS, NFC e Micro USB 3.0;
- 2.1.1.1.18 - Câmera com resolução mínima de 13 Mp;
- 2.1.1.1.19 - Dados via: GPRS, EDGE, UMTS, HSDPA, HSUPA, HSPA+ e LTE;
- 2.1.1.1.20 - Integração de e-mail: Compatível com o gerenciamento de dispositivos móveis implementado no Outlook Web Access 2007;



(OWA) permitindo a sua configuração no terminal móvel fornecido;

2.1.1.1.21 - Utilizar sistema operacional com compatibilidade total com a aplicação de email descrita no subitem 2.1.1.1.20;

2.1.1.1.22 - Acessórios básicos que cada estação móvel deverá conter:

a) 01 (*um*) carregador, que opere automaticamente com qualquer tensão de entrada entre 110 e 220V AC, com frequência entre 50 e 60Hz;

b) 01 (*um*) manual do fabricante;

c) Cabos e softwares necessários à transferência de arquivos e sincronização dos dados da agenda e configurações entre os terminais e microcomputadores pessoais. O software de sincronismo deverá ser compatível com o sistema.

2.1.1.1.23 - Frequência: Deverá ser compatível com todos os serviços contratados, **inclusive roaming nacional e internacional**.

2.1.1.2 - **103 (cento e três)** estações móveis **tipo 02, aparelhos comuns**, com as seguintes características mínimas:

2.1.1.2.1 - Tempo de bateria em conversação de até 2h30min;

2.1.1.2.2 - Tempo de bateria em espera aproximado de até 10 dias;

2.1.1.2.3 - Dimensões máximas: 105 mm x 50 mm x 30 mm;

2.1.1.2.4 - Peso máximo: 190 g;

2.1.1.2.5 - Teclado iluminado;

2.1.1.2.6 - Toques polifônicos;

2.1.1.2.7 - Agenda para até 500 contados;

2.1.1.2.8 - Discagem rápida;

2.1.1.2.9 - Alerta vibratório;

2.1.1.2.10 - *Display* – colorido (mínimo 65000 cores e de 128 x 128 pixels);

2.1.1.2.11 - Frequência: Deverá ser compatível com todos os serviços contratados, **inclusive roaming nacional e internacional**;

2.1.1.2.12 - Acessórios básicos que cada estação móvel deverá conter:

a) 01 (uma) bateria de alta performance;

b) 01 (um) carregador bivolt, e

c) 01 (um) manual do fabricante.

2.1.1.3 - Todos os terminais móveis deverão possuir garantia do fabricante por período mínimo de 12 (*doze*) meses.

## 2.2 - DA ENTREGA DAS ESTAÇÕES MÓVEIS:

2.2.1 - As estações móveis deverão ser entregues, em uma única remessa, programadas para ativação do serviço, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do



1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, devidamente preparados para ativação do serviço, na Seção de Manutenção de Telecomunicações (SECTEL) do Contratante, situada à Rua do Acre, nº 80, sala 202b, no horário das 11:00 as 17:00 horas.

2.2.2 - A Contratada deverá fornecer, juntamente com o material especificado no item 2.1.1, a título de *backup*, 20% (*vinete por cento*) do quantitativo de estações móveis constantes do subitem 2.1.1.1 e 10% (*dez por cento*) do quantitativo do item 2.1.1.2, acompanhadas dos respectivos *chips*, possibilitando, se necessário, com o auxílio do Setor de Atendimento ao Cliente da Contratada, restabelecer imediatamente o serviço de qualquer linha em uso, nos seguintes casos:

2.2.2.1 - Defeito na estação móvel ou *chip*;

2.2.2.2 - Extravio da estação móvel;

2.2.2.3 - Roubo ou furto da estação móvel ou *chip*.

2.2.3 - Esgotados os Chips de backup do subitem 2.2.2, a Contratada enviará e habilitará novos chips, sem custo adicional, de acordo com a necessidade, desde que demonstrada hipóteses dos subitens 2.2.2.1, 2.2.2.2 ou 2.2.2.3.

### 2.3 - DA PORTABILIDADE NUMÉRICA:

2.3.1 - Será solicitada pelo Contratante, no primeiro dia útil subsequente à entrega das estações móveis, a portabilidade da numeração de 135 (cento e trinta e cinco) linhas atualmente em uso neste Tribunal, conforme segue:

2.3.1.1 - Quantitativo parcial de **32 (trinta e duas) linhas** que deverão passar pela portabilidade, devendo ser ativadas **com pacote de dados** em SIM Card's compatíveis com os aparelhos *smartphones* a serem fornecidos, de acordo com subitem 2.1.1.1. Os números estão relacionados no subitem 3.1.1 do Anexo I - Termo de Referência - do Edital.

2.3.1.2 - Quantitativo parcial de **103 (cento e três) linhas** que deverão passar pela portabilidade, devendo ser ativadas **sem pacote de dados** em SIM Card's compatíveis com os aparelhos a serem fornecidos, de acordo com subitem 2.1.1.2. Os números estão relacionados no subitem 3.1.2 do Anexo I - Termo de Referência - do Edital.

2.3.2 - O Contratante solicitará a Operadora receptora Contratada, através do telefone ou endereço eletrônico disponibilizado, a portabilidade numérica dos números telefônicos em uso, sendo fornecidos na ocasião, os dados necessários, de acordo com o art. 47 do RGP.

2.3.3 - A Operadora Receptora Contratada deverá fornecer ao Tribunal, no ato do registro da solicitação, número de protocolo do bilhete de portabilidade com identificação sequencial, de acordo com o art. 48 da RGP, sendo ratificado neste momento o início do processo de portabilidade.

2.3.4 - A conferência e confirmação dos dados fornecidos pelo Contratante deverão ser efetuadas em um dia útil, de acordo com art. 43 § 2º do RGP.



2.3.5 - A Contratada deverá efetuar a transição dos números e ativação do serviço em no máximo cinco dias úteis contados da data de solicitação da portabilidade numérica pelo Contratante, de acordo com o art. 53, item I, alínea “a” do RGP.

2.3.6 - A Operadora receptora contratada deverá agendar antecipadamente com o Contratante a habilitação e o procedimento para ativação e desativação dentro do período de transição, de acordo com o art. 50 do RGP.

2.3.7 - O período de transição deverá ser de no máximo 02 (*duas*) horas, em 99% dos casos, não podendo ser superior a 24 horas, de acordo com o art. 53, item IV do RGP.

#### 2.4 - DOS SERVIÇOS:

2.4.1 - Deverá ser cumprida toda a determinação contida no PLANO GERAL DE METAS DE QUALIDADE PARA O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – PGMQ-SMP.

2.4.2 - A Contratada deverá disponibilizar Serviço de Atendimento ao Cliente, funcionando 24 (*vinete e quatro*) horas por dia e 07 (*sete*) dias por semana, apto a proceder ao bloqueio das linhas nos casos previstos no subitem 2.4.4 desta Cláusula, devendo a mesma observar o cumprimento das determinações contidas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal – PGMQ-SMP, ressaltando o disposto nos artigos 6º e 7º do referido Plano.

2.4.2.1 - A comunicação, mencionada no subitem anterior, deverá ser efetuada via telefone ou endereço eletrônico, a ser fornecido pela Contratada;

2.4.2.2 - Deverá ser fornecido número de protocolo, para todas as solicitações efetuadas.

2.4.3 - Os equipamentos destinados ao Contratante, que por eles se responsabiliza como seu fiel depositário, destinam-se exclusivamente à utilização por parte de seus servidores, e não poderão ser cedidos, onerados, gravados ou alienados, sob qualquer forma ou título, sem a prévia e expressa autorização da Contratada, sendo que a demora desta última em se pronunciar não importará em concordância tácita.

2.4.4 - Em caso de extravio, seja por roubo, furto, perda ou qualquer outro motivo que faça com que o equipamento saia da posse do Contratante, este ficará responsável pelo pagamento de todas as tarifas, preços e demais encargos aplicáveis decorrentes do uso do mesmo, até a data e hora que seja a Contratada comprovadamente comunicada a respeito do ocorrido.

2.4.5 - Nos casos descritos no subitem 2.4.4, será utilizado um dos equipamentos fornecidos para *backup* para imediata substituição, devendo a Contratada providenciar, no prazo de 30 (*trinta*) dias corridos, a contar da data da comunicação do fato ocorrido, um aparelho novo, com as mesmas características do extraviado, para ser habilitado com o número de uso.

2.4.5.1 - Em caso de defeito de fabricação ou qualquer outro **que não decorrente de mau uso**, o aparelho ou acessório será substituído



imediatamente por outro de *backup*, devendo a Contratada providenciar, em até 48 (*quarenta e oito*) horas, a contar da comunicação, a retirada do aparelho ou acessório defeituoso para manutenção;

2.4.5.2 - Pairando dúvida quanto à causa do defeito, ainda assim a contratada fará a retirada do aparelho e o encaminhará à empresa responsável pela garantia ou à subcontratada especializada em manutenção, que terá atribuição de, mediante laudo de inspeção técnica, determinar se o vício era oculto ou decorrente de mau uso.

2.4.5.3 - Quando devidamente constatado que o defeito **não decorrerá de mau uso**, o aparelho ou acessório retirado para manutenção deverá ser devolvido, em perfeitas condições de funcionamento, no prazo estipulado pela assistência técnica do fabricante. Caso contrário, a Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (*dez*) dias corridos, a contar do término do prazo anterior, um aparelho ou acessório novo, com as características mínimas constantes do subitem 2.1.1.1 ou 2.1.1.2.

2.4.5.4 - Constatado que o defeito **decorreu do mau uso**, fica a Contratante responsável por ressarcir à contratada, pagando o valor da nota fiscal referente ao aparelho danificado, abatendo-se os meses já depreciados. Entretanto, não haverá mais o que ressarcir se o defeito decorrente do mau uso ocorrer após os 12 (*doze*) meses da completa depreciação, na forma do subitem 2.4.6.

2.4.5.5 - Após prévia comunicação ao contratante, no mês seguinte à constatação do dano proveniente do mau uso, a contratada deverá providenciar o ressarcimento a que alude o subitem anterior, mediante faturamento no regular boleto de mensal cobrança, com discriminação específica do valor e indicação da origem da despesa.

2.4.5.6 - Os aparelhos deverão ser entregues e retirados na Seção de Manutenção de Telecomunicações do Contratante (SECTEL), sito à Rua Acre nº 80/202b, sem qualquer ônus.

2.4.6 - Os aparelhos deverão ser depreciados em 12 (*doze*) meses a partir da data do documento fiscal de fornecimento dos mesmos, quando terão seu valor completamente zerado, sem a incidência de qualquer ônus para o Contratante.

2.4.6.1 - Caso o aparelho seja substituído, conforme previsto no subitem 2.4.5, o prazo de depreciação passará a contar da data de entrega do aparelho, constante do documento fiscal de remessa.

2.4.7 - O ressarcimento dos aparelhos ocorrerá conforme os subitens a seguir:

2.4.7.1 - **Em caso de roubo ou furto:** o Contratante efetuará, imediatamente, a devida comunicação à Contratada para bloqueio da linha, apresentando posteriormente cópia do Boletim de Ocorrência Policial. A Contratada efetuará a reposição de até 10% do quantitativo de aparelho



constante do subitem 2.1 a cada 12 (*doze*) meses de vigência contratual, sem a incidência de qualquer ônus. Quando esse quantitativo for excedido, a Contratada deverá emitir documento de cobrança, no valor constante da nota fiscal de remessa do aparelho substituído, abatendo-se o período de depreciação, para que seja providenciado pelo Contratante o pagamento devido;

2.4.7.2 - **Em caso de perda do equipamento:** o Contratante efetuará, imediatamente, a devida comunicação à Contratada para bloqueio da linha, devendo a mesma emitir documento de cobrança, no valor constante da nota fiscal de remessa do aparelho, abatendo-se o período de depreciação, para que seja providenciado pelo Contratante o pagamento devido;

2.4.7.3 - Constatada as hipóteses dos subitens 2.4.7.1 e 2.4.7.2; e, após prévia comunicação ao Contratante, a Contratada deverá providenciar, no mês seguinte à comunicação do extravio, roubo ou furto, o ressarcimento a que alude os itens anteriores, mediante faturamento no regular boleto mensal de cobrança, com discriminação específica do valor e indicação da origem da despesa.

2.4.7.4 - Em virtude da completa depreciação, não haverá mais o que ressarcir se o extravio decorrente da perda, furto ou roubo ocorrer após os 12 meses de cada vigência contratual.

2.4.8 - Ao final do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Contratante disponibilizará para devolução e a Contratada ficará responsável por recolher todos os aparelhos cedidos em regime de comodato.

2.4.8.1 - O Contratante exime-se de qualquer indenização pelo uso e/ou desgaste dos aparelhos devolvidos, assim como não poderá haver cobrança pelos terminais roubados ou furtados, desde que devidamente comunicados à Contratada, constante de peculiar registro policial e dentro do limite de 10% (dez por cento) do quantitativo de aparelhos, conforme disposto no subitem 2.4.7.1.

2.4.8.2 - A Contratada é quem tem responsabilidade de, mediante prévia comunicação, providenciar o transporte e a retirada dos aparelhos na sede do contratante, sob pena de ser intimada caso não o faça no prazo indicado.

2.4.9 - Renovado o Contrato por período igual ou superior a 12 (doze) meses, a Contratada deverá substituir todos dos terminais do subitem 2.1, fornecendo aparelhos igualmente novos, observada a inovação tecnológica e as características mínimas dos itens 2.1.1.1 e 2.1.1.2.

2.4.10 - Tendo em vista que as empresas prestadoras de Serviço Móvel Pessoal – SMP não são fabricantes dos aparelhos de telefonia móvel, não dispondo de estrutura técnica para efetuar as manutenções que venham a necessitar, os aparelhos com garantia do





fabricante expirada deverão, sempre que apresentarem defeito ou desgaste acentuado, mediante solicitação do Contratante, ser substituídos por novos equipamentos, com as características mínimas contidas nos subitens 2.1.1.1 e 2.1.1.2, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis, contados da solicitação.

2.4.11 - A Contratada, em nenhuma hipótese, poderá cobrar valores referentes à taxa de habilitação ou ativação de aparelhos, inclusive quando da substituição dos mesmos.

2.4.12 - Por se tratar de aparelhos cedidos em regime de comodato, caso ocorra alguma substituição, pelos motivos descritos no subitem 2.4.4, não haverá necessidade de aditamento contratual, devendo ser efetuado o efetivo controle pelo setor responsável (Seção de Telefonia), cabendo à Contratada fornecer o documento fiscal de remessa do novo aparelho, para adoção das providências cabíveis.

2.4.13 - O serviço de comunicação móvel via telefone deverá ser prestado para realização de chamadas telefônicas locais e de longa distância, para terminais fixos e móveis, de qualquer Operadora Nacional, e deverá possuir cobertura em todo o Território Nacional e no exterior, utilizando a facilidade de deslocamento (*roaming*), quando necessário.

2.4.13.1 - Os serviços de *roaming*, nacional e **internacional**, deverão ser habilitados no prazo máximo de 24 (*vinte e quatro*) horas a contar da solicitação do Setor competente (SECTEL/NUMAN).

2.4.14 - As chamadas telefônicas locais entre os aparelhos do grupo do Contratante deverão ser ilimitadas e sem ônus para o mesmo.

2.4.15 - Deverão ser disponibilizados os serviços de identificação de chamadas, transmissão de dados, mensagem de texto e caixa postal para todos os aparelhos.

2.4.15.1 - Sem ônus adicionais e no prazo máximo de 24 horas, caso seja do interesse da Contratante, caberá a Contratada disponibilizar bloqueio através sistema on line de gestão ou bloquear diretamente os serviços mensagem de texto, caixa postal, roaming nacional, internacional etc para algumas linhas que venham a ser definidas pela Contratante.

2.4.16 - Deverá ser disponibilizado, sem custo adicional, serviço de gerência/gestão via *WEB*, para acompanhamento e controle da utilização de todas as linhas disponibilizadas, permitindo efetuar individualmente, para cada linha, as seguintes ações:

2.4.16.1 - Estabelecer limites de consumo de cada linha;

2.4.16.2 - Estabelecer bloqueio de DDD, DDI e ligações a cobrar;

2.4.16.3 - Estabelecer restrição ao código de operadora para ligações DDD e DDI;

2.4.16.4 - Estabelecer restrições para que efetue apenas ligações intragrupo;

2.4.16.5 - Disponibilizar informações sobre o consumo das linhas em tempo real;

2.4.16.6 - Disponibilizar crédito extra.





2.4.17 - Deverá ser fornecido manual de instruções do sistema de gestão disponibilizado, possibilitando ao Contratante efetuar a gestão de suas linhas;

2.4.18 - A prestação do serviço deverá ser contínua, 24 (*vinete e quatro*) horas por dia, 07 (*sete*) dias por semana.

2.4.19 - Deverá ser disponibilizada para cada linha, sem ônus adicional, a possibilidade de consulta ao crédito disponível, seja por telefone ou mensagem de texto.

2.4.20 - O início do faturamento deverá ser a data de ativação dos serviços.

2.4.21 - Nos casos de interrupção previsível, a comunicação deverá ocorrer com antecedência mínima de 05 (*cinco*) dias, sob pena de configuração de violação dos direitos dos usuários previstos no art. 3º da Lei Geral de Telecomunicações - LGT e no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

2.4.22 - A prestação do serviço em *roaming* deverá ser digital e automática.

## 2.5 - DOS SERVIÇOS DE DADOS:

2.5.1 - A Contratada deverá disponibilizar o acesso à Internet ilimitado, para **32 (*trinta e dois*) smartphones**, através da infra-estrutura da rede do Serviço Móvel Pessoal (SMP), sem que haja necessidade de contratação de um provedor que disponibilize o serviço.

2.5.2 - A Contratada deverá estar apta a prestar o serviço de dados inclusive quando os terminais móveis estiverem em roaming nas capitais dos estados do território brasileiro e no Distrito Federal.

2.5.3 - O acesso à Internet deverá ser efetuado mediante as tecnologias 4G, GPRS, EDGE ou LTE nas capitais e 3G nas demais cidades.

2.5.4 - O serviço deverá permitir acesso ilimitado de dados com franquia de 3 Gb para as linhas do subitem 2.1.1.1, admitida a redução de velocidade por parte da Contratada quando excedida a franquia.

2.5.5 - Enquanto não ultrapassada a franquia de dados pactuada na forma de delimitação dos itens anteriores, o acesso disponibilizado pela Contratada deverá possuir taxa de transferência nominal mínima para download de 5.00 Mbps nas capitais e 1.00 Mbps nas demais cidades.

2.5.6 - Caso seja disponibilizada pela Contratada uma nova tecnologia de acesso que atenda às exigências destas especificações técnicas e possua melhor desempenho que a originalmente ofertada, o atendimento ao objeto contratado deverá, a critério da Contratada, ser realizado através dessa nova tecnologia, por ocasião da prorrogação do contrato, mediante a substituição dos terminais, desde que sejam mantidas as demais condições contratuais.

## 2.6 - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

2.6.1 - O Contratante compromete-se a usar os equipamentos exclusivamente para os fins do serviço contratado, em comunicação com o seu corpo diretivo, funcionários,



associados e colaboradores, no exercício de suas atividades internas ou naquelas compreendidas entre os seus objetivos institucionais.

2.6.2 - O Contratante obriga-se a manter os equipamentos em perfeito estado, efetuando os devidos pagamentos quando necessário:

2.6.2.1 - Posteriormente, ao término do Contrato, independentemente de notificação, no prazo de até 30 (*trinta*) dias após a data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, previsto no subitem 4.1.1 deste Contrato, o Contratante compromete-se a disponibilizar os aparelhos à Contratada nas mesmas condições em que foram recebidos, ressalvando apenas o desgaste decorrente do uso normal dos mesmos e as hipóteses previstas no subitem 2.4.8.1.

2.6.2.2 - A Contratada é quem tem responsabilidade de, mediante prévia comunicação, providenciar o transporte e a retirada dos aparelhos na sede do Contratante, sob pena de ser intimada caso não o faça no prazo indicado.

2.6.3 - O Contratante deverá utilizar os serviços ora ajustados e cumprir fielmente o Contrato que fica restrito às áreas onde a Contratada tem autorização da ANATEL para operar, admitindo seu descumprimento, sem quaisquer sanções, em locais bloqueados ou sob condições atmosféricas adversas que causem falha, lentidão, interrupção e interferência, que prejudiquem o sistema de serviço, ora contratado.

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 - Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Setor de Telefonia do Contratante.

3.3 - Cumprir na íntegra todas as determinações contidas nos seguintes documentos:

3.3.1 - Lei nº 9.472, de 16.6.97 – Lei Geral de Telecomunicações - LGT;

3.3.2 - Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007 e seus anexos;

3.3.3 - Anexo à Resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002 – Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal – PGMQ-SMP;

3.3.4 - Anexo à Resolução nº 460, de 19 de março de 2007 – Regulamento Geral de Portabilidade - RGP;

3.3.5 - Demais normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

3.4 - A Contratada será responsável pelo ressarcimento de quaisquer danos causados ao Contratante e/ou terceiros, quando praticados por seus empregados ou pessoas sob sua responsabilidade ou administração, decorrentes da execução deste Contrato, desde que



comprovada a culpa ou dolo da Contratada, apurada em procedimento administrativo, admitidos o contraditório e a ampla defesa.

3.5 - Obriga-se a Contratada a colocar, à disposição do Contratante, o serviço móvel, ora contratado, de acordo com as condições previstas neste Contrato, observando rigorosamente as normas legais e as disposições regulamentares aplicáveis ao serviço em questão pelo Órgão regulador - ANATEL.

3.5.1 - Constitui obrigação da Contratada informar ao Contratante as condições de cessação e suspensão do serviço com antecedência mínima de 48 (*quarenta e oito*) horas, no caso de suspensão não ditada por evento de força maior.

3.6 - A Contratada responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do serviço.

3.7 - Os serviços ora contratados, inclusive os referidos nos subitens 2.4.5 e 2.4.7 da Cláusula Segunda deste Contrato, não poderão sofrer solução de continuidade, mesmo em caso de suspensão de pagamento, por parte do Contratante, decorrente de descumprimento contratual ou enquanto não forem corrigidos valores contestados relativos aos serviços prestados.

3.8 - A Contratada deverá designar preposto, o qual ficará responsável por elucidar qualquer problema que ocorra, decorrente da prestação dos serviços contratados. O referido preposto deverá encontrar-se acessível, via telefone fixo ou móvel a ser fornecido pela Contratada, 24 ( *vinte e quatro*) horas por dia, 07 (*sete*) dias por semana.

3.8.1 - O Contratante se reserva o direito de solicitar, a qualquer momento durante a vigência do presente Contrato, a substituição do preposto, caso o mesmo não esteja atendendo a contento.

3.9 - Não divulgar, nem fornecer, dados e informações referentes aos serviços realizados, sem a prévia autorização do Contratante.

3.10 - Não veicular publicidade acerca da contratação, sem a prévia autorização do Contratante.

3.11 - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, municipal ou distrital, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive no que se refere àquelas assumidas no presente Contrato.

3.12 - Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem, sendo vedada à transferência a terceiros da responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

3.13 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.14 - Prestar ao Contratante quaisquer esclarecimentos que sejam julgados necessários à perfeita compreensão dos serviços prestados.



3.15 - A Contratada tem por obrigação respeitar todos os artigos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, anexo à Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, mormente no que diz respeito aos deveres, à qualidade na prestação do serviço e no atendimento ao usuário.

3.16 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.17 - Manter o sigilo e a inviolabilidade dos serviços, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo das Telecomunicações.

3.18 - A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da Contratada ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

3.19 - A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus para o Contratante, os serviços de:

- 3.19.1. Desvio de chamada (siga-me);
- 3.19.2. Identificador de chamadas;
- 3.19.3. Chamada em espera;
- 3.19.4. Bloqueio de ligações a cobrar, quando solicitado;
- 3.19.5. Bloqueio de linhas, quando solicitado;
- 3.19.6. Chamadas originadas para os serviços públicos de emergência e de utilidade pública;
- 3.19.7. Acesso telefônico a Central de Atendimento da contratada a partir de estações fixas ou móveis de qualquer localidade dentro do território nacional.

3.20 - Fornecer a Conta Detalhada Mensal para cada linha em papel e em meio eletrônico sendo preferencialmente CD, discriminando, ainda, as linhas sob responsabilidade do Contratante em contas distintas e fatura consolidada e seu respectivo detalhamento

3.21 - Por padrão e não incorrendo em qualquer ônus adicional para o Contratante, deverão ser bloqueados pela Contratada os eventos abaixo discriminados; sendo permitida liberação apenas mediante solicitação do gestor designado pelo Contratante:

- 3.21.1. O recebimento de chamadas a cobrar;
- 3.21.2. As chamadas para telefones com prefixos 0300, 0500, 0900 ou similares;
- 3.21.3. Auxílio a lista (102), hora certa (130) e similares;
- 3.21.4. Serviços recebidos a cobrar (chamadas, SMS etc);
- 3.21.5. Salas de jogos e de bate-papos.

3.22 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.



#### 4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

4.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

4.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 30 (*trinta*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

4.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

4.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

4.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### 5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

##### 5.1 - DO PREÇO:

ITEM 1						
Serviço	Quant. (a)	Unid.	Valor Unitário (b)	Total Mensal c=(a)x(b)	% de Desconto (d)	Valor Total após o desconto (e)
VC1 - Móvel x Fixo	3000	Min.				
VC - Própria Operadora	2000	Min.				
VC - Outra Operadora SMP ou SME	5000	Min.				
SMS	2000	Evento				
Assinatura mensal para dados dos smartphones <b>tipo 01</b> , com 3 Gb de franquia	32	Un.				
Acesso a caixa Postal	400	Min.				
Assinatura Mensal do serviço de voz	135	Un.				



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 015/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05 Proc. nº TRF2-EOF-2016/00033

Assinatura Gestão	135	Un.				
VC2 MM – on net	300	Min.				
VC2 MF	300	Min.				
VC2 MM – off net	200	Min.				
VC3 MM – on net	300	Min.				
VC3 MF	300	Min.				
VC3 MM - off net	200	Min.				
AD (1)	250	Evento				
AD (2)	250	Evento				
DSL 1	250	Min.				
DSL 2	250	Min.				
Total Global Mensal (f)= $\Sigma(e)$ :						
Total Global Anual (g) =(f)x12:						
Total Global Bial (g) =(f)x24:						

Todos os valores de consumo em minutos e em eventos são estimados não havendo garantia para a CONTRATADA que os mesmos serão alcançados.

Referências:

**VC1 (Valor de Comunicação Móvel-Fixo):** Ligação para telefone fixo local (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada.

**VC – Própria prestadora (Valor de Comunicação Móvel-Móvel “on-net”):** Ligação para telefone móvel local (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada, destinada aos equipamentos móveis fornecidos pela prestadora ao mercado.

**VC – Outra Prestadora (Valor de Comunicação Móvel-Móvel “off-net”):** Ligação para telefone móvel local (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada, destinada aos equipamentos móveis fornecidos por outras prestadoras ao mercado.

**AD (1):** Valor adicional por chamada originada enquanto na Área de mobilidade da operadora contratada.

**AD (2):** Valor adicional por chamada originada enquanto fora da Área de mobilidade da operadora contratada.

**DSL 1- Deslocamento 1:** é a designação para chamadas recebidas pelo assinante quando em *roaming* fora de sua área de mobilidade e dentro da rede operadora contratada.

**DSL 2 – Deslocamento 2:** é a designação para chamadas recebidas pelo assinante quando em *roaming* fora de sua área de mobilidade e fora da rede operadora contratada.

**VC-1R (Valor de Comunicação Móvel-Fixo em Roaming):** Ligação para telefone fixo originada fora da Área de Mobilidade da operadora contratada e terminada em localidade com mesmo código DDD da cidade visitada.

**VC-R (Valor de Comunicação Móvel-Móvel em Roaming):** Ligação para telefone móvel originada fora da Área de Mobilidade da operadora contratada e terminada em localidade com mesmo código DDD da cidade visitada.

**SMS (Serviço de Mensagens Curtas):** Serviço de Valor Agregado ao SMP que permite o envio de mensagens entre estes equipamentos móveis.

**Assinatura mensal para dados:** Serviço de Valor Agregado ao SMP que permite o acesso mensal a internet por meio dos equipamentos móveis fornecidos pela operadora contratada.

**Assinatura mensal:** Valor fixo mensal devido pelo Usuário por ter ao seu dispor o SMP nas condições previstas no



Plano de Serviço ao qual, por opção, está vinculado. Conforme previsto na resolução Anatel 316/2002 (SMP).

**VC2 MM (Valor de Comunicação Móvel-Móvel de Longa distância Nacional VC2):**

Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones móveis em área distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, mas identificada por Código Nacional com primeiro dígito idêntico.

**VC2 MF (Valor de Comunicação Móvel-Fixo de Longa distância Nacional VC2):**

Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones fixos em área distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, mas identificada por Código Nacional com primeiro dígito idêntico.

**VC3 MM (Valor de Comunicação Móvel-Móvel de Longa distância Nacional VC3):**

Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones móveis em área Distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, e identificada por Código Nacional com primeiro dígito também distinto.

**VC3 MF (Valor de Comunicação Móvel-Fixo de Longa distância Nacional VC3):**

Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones fixos em área Distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, e identificada por Código Nacional com primeiro dígito também distinto.

**Off net** – fora da rede da operadora.

(\*) - caso disponibilizado pela Operadora.

5.1.1 - O Valor Mensal Estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

5.1.2 - O Valor Global Estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

5.1.3 - Durante todo o período contratual, o percentual de desconto/deduções incidirá sobre os preços dos serviços constantes do Plano Básico ou Alternativo de Serviços, aprovado pela ANATEL ressalvando o disposto a seguir:

5.1.3.1 - O Contratante poderá solicitar à Contratada, durante a vigência do Contrato, o aumento do desconto ofertado sobre o Plano Básico ou Alternativo de Serviços, quando o ofertado mostrar-se desvantajoso para o Contratante.

5.1.4 - O percentual de desconto incidirá sobre o preço de todas as ligações e serviços prestados, independentemente do horário e do dia da semana.

5.1.4.1 - Será admitido percentual de desconto igual a zero.

5.1.5 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao perfeito cumprimento ao objeto contratado deverão estar incluídas no preço, exceto os impostos e taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão ser informadas separadamente.

**5.2 - DO REAJUSTE:**

5.2.1 - As tarifas constantes do Plano Básico ou Alternativo de Serviço e Assinaturas serão reajustadas sempre que houver determinação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.





5.2.2 - O pagamento dos novos valores serão efetuados pelo Contratante independentemente de formalização de Termo Aditivo, devendo a Contratada apresentar, através do preposto, previsto no item 3.8 deste Contrato, antecipadamente ou juntamente com o documento fiscal mensal, cópia do documento emitido pela ANATEL autorizando a referida majoração de tarifa.

5.2.3 - Na hipótese da ANATEL determinar a redução de tarifas, de maneira análoga, a Contratada deverá repassar ao Contratante, a partir da mesma database, as tarifas reduzidas.

5.2.4 - A Contratada deverá comunicar ao Contratante os reajustes de tarifas por meio de documento escrito.

### 5.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.3.1 - O pagamento da primeira fatura de prestação de serviços dar-se-á, após comprovada a qualidade, conformidade com as condições requeridas e perfeito funcionamento dos equipamentos locados. Na referida fatura e nas subsequentes, deverão ser cobrados apenas os valores das assinaturas mensais, pacote de dados, dos serviços de gestão, se houver, e os valores decorrentes de consumos telefônicos, exceção feita ao ônus da portabilidade numérica que, se houver, deverá ser cobrado através da 1ª fatura de prestação de serviço.

5.3.1.1 - O direito de cobrança pela Contratada iniciar-se-á na data em que os serviços forem efetivamente disponibilizados;

5.3.2 - As faturas serão pagas, mensalmente, através de ordem bancária, creditada em conta corrente indicada pela Contratada, contados da data do devido atesto do Documento Fiscal por parte do servidor responsável pelo recebimento e fiscalização do Contrato, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e as instruções normativas vigentes.

5.3.2.1 - O documento de cobrança deverá ser encaminhado pela Contratada, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência do vencimento, por via postal, endereçado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (NUCOMP), sito na Rua Dom Gerardo, nº46, 12º andar, e também deverá ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.jus.br](mailto:dicom@trf2.jus.br).

5.3.2.2 - Além do envio previsto no subitem anterior, a Contratada deverá viabilizar, se necessário, meios para solicitação de 2º via da fatura, seja por sistema de gestão WEB, seja mediante solicitação direta ao preposto junto à contratante ou mediante serviço de atendimento ao cliente (SAC).

5.3.3 - O documento fiscal deverá discriminar de maneira detalhada, clara e explicativa todo o registro relacionado à prestação do serviço contratado, no período respectivo, os eventuais descontos, impostos, encargos, de acordo com a regulamentação específica, bem como a planilha discriminando o serviço individual de cada aparelho.



5.3.3.1 - Todas as chamadas telefônicas deverão ser discriminadas nas faturas de prestação de serviços.

5.3.3.2 - O Contratante tem direito de contestar os débitos contra ele lançados, não se obrigando ao pagamento dos valores além dos que considere devidos, sendo defeso à Contratada recusar o pagamento parcial.

5.3.3.3 - O pagamento dos valores questionados pelo Contratante, somente poderá ser exigido pela Contratada, quando esta comprovar a prestação dos serviços, objeto do questionamento.

5.3.3.4 - Analisada a contestação, ainda que improcedente, a contratada deverá emitir novo boleto de cobrança, retificando ou não valores contestados, mas sempre alterando a data de vencimento para um prazo não inferior a 15 (quinze) dias da data de emissão da nova cobrança.

5.3.3.5 - A Contratada deverá fornecer a fatura mensal detalhada para cada linha em papel e em meio eletrônico, preferencialmente CD, podendo também disponibilizar a mesma em seu WEB site, com a antecedência mínima descrita no subitem 5.3.2.1.

5.3.4 - Os minutos para ligações de longa distância para telefones fixos ou móveis, para ligações locais e os minutos das chamadas em deslocamento deverão ser discriminados por aparelho nas faturas correspondentes.

5.3.5 - Se houver erros nos valores das contas que impeçam os pagamentos das mesmas pelo Contratante, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços, até que corrija os valores e reenvie as contas para o Contratante, para que este possa efetuar o pagamento.

5.3.6 - Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

5.3.7 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.3.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.3.8 - O Contratante pagará os valores proporcionalmente aos números de dias do mês, caso o início da execução dos serviços não ocorra no primeiro dia do ciclo de faturamento ou se ocorrer alteração contratual conforme previsto no art. da Lei nº 8.666/93.

5.3.9 - A Contratada poderá suspender a prestação dos serviços ao Contratante, salvo o disposto no subitem 5.3.12, caso não seja efetuado o pagamento dos serviços utilizados, depois de transcorridos 90 (*noventa*) dias de inadimplência.

5.3.9.1 - A Contratada deve informar ao Contratante, com antecedência mínima de 15 (*quinze*) dias, a suspensão dos serviços.

5.3.10 - Uma vez comprovada a quitação das parcelas vencidas durante a suspensão do Contrato, a Contratada reabilitará os terminais telefônicos, em até 24 (*vinete e quatro*) horas após a declaração ou comprovação do pagamento pelo Contratante. Permanecendo a inadimplência do Contratante por mais de 30 (*trinta*) dias após sua suspensão, a Contratada



poderá desativar definitivamente os terminais móveis da Contratante e rescindir o Contrato, mediante notificação com 15 (*quinze*) dias de antecedência.

5.3.11 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições, deverá comprovar tal situação no ato da entrega do Documento Fiscal.

5.3.5.11.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa n.º 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nº 539 de 25/04/2005 e nº 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

5.3.12 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão 964/2012-Plenário-TCU.

5.3.12.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.39.58	107.765	

6.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios de 2017 e 2018, as despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionadas à aprovação das mesmas.

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:**

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;



- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

7.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 - Se as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ª RG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

7.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será



descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:**

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2016 e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/\_\_\_\_ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada à fl. \_\_\_\_ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

#### **10- CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:**

10.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído pelo seu suplente, também designado.

10.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:



10.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas, bem como se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;

10.2.4 - Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, nos projetos ou especificações fornecidas pelo Contratante, a Contratada somente poderá fazê-lo mediante prévia autorização da fiscalização.

10.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 24 (*vinete e quatro*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

11.3 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.4 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.6 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

#### **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:**

12.1 - A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos componentes ou equipamentos de responsabilidade da Contratada.

12.2 - Todas as ocorrências serão registradas pelo Contratante, que notificará a Contratada, atribuindo pontos para as ocorrências.

12.3 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, sem justificativa aceita pelo Contratante, resguardados os procedimentos legais pertinentes a lei 8.666/93, poderá acarretar na aplicação de outras sanções à Contratada, em conformidade



com as ocorrências registradas, nos termos dos níveis de serviço, para os quais atribuir-se-á a seguinte pontuação:

Ocorrência	Pontos
Atraso na ativação dos serviços. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 12 (doze) horas de atraso além do prazo definido para a habilitação/ativação.	1,0
Atraso no atendimento e resolução após notificação de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 12 (doze) horas de atraso além do prazo definido no atendimento e resolução de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços.	1,0
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo Contratante. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso além do prazo definido para prestação de informações e esclarecimentos.	0,5
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,5
Cobrança por serviços não prestados ou valores em desacordo com o contrato.	0,5
Não atendimento do telefone fornecido pela Contratada para os contatos e registro das ocorrências.	0,5
Não apresentar corretamente a nota fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório.	0,5

12.4 - Mensalmente, quando do recebimento dos serviços, a fiscalização do Contrato fará a apuração do somatório da pontuação acumulada **no mês**. Esta pontuação servirá como base para que o Contratante aplique os seguintes descontos incidentes sobre o valor total faturado no mês, por item contratado:

Pontuação acumulada	Desconto
3 (três) pontos	Correspondente a 1% do valor mensal faturado para o item
4 (quatro) pontos	Correspondente a 3% do valor mensal faturado para o item
5 (cinco) pontos	Correspondente a 6% do valor mensal faturado para o item
6 (seis) pontos	Correspondente a 9% do valor mensal faturado para o item
7 (sete) pontos	Correspondente a 12% do valor mensal faturado para o item
8 (oito) pontos	Correspondente a 14% do valor mensal faturado para o item
9 (nove) pontos	Correspondente a 16% do valor mensal faturado para o item
10 (dez) pontos	Correspondente a 18% do valor mensal faturado para o item





12.5 - O montante total do desconto acima previsto será restrito ao limite de 18% (dezoito por cento) do valor mensal faturado para o item do Contrato.

12.6 - A Contratada deverá atender às solicitações de imediato, corrigindo no prazo máximo de 24 (*vinete e quatro*) horas após notificação de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços.

12.7 - Em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo acima mencionado poderá ser prorrogado, respeitado o limite previsto pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

12.8 - O valor da multa poderá ser descontado do Documento Fiscal ou do crédito existente no Contratante em relação à Contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

12.9 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Contratante, devidamente justificado.

12.10 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei nº 8.666/93.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

13.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030), no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

15.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 9.069 de 29/06/95 e n.º 10.192 de 14/02/2001.

15.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.



15.3 - As supressões citadas no item 15.2 poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2016.

\_\_\_\_\_  
MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretora Geral

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)

